

O impacto do turismo na diplomacia cultural: construindo pontes entre Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbábue e Botsuana no contexto da África Austral

The Impact of Tourism on Cultural Diplomacy: Building Bridges between Angola, Zambia, Namibia, Zimbabwe, and Botswana in the Southern African Context

Cláudio Emílio Culesala¹

Kelsom Chavonga²

Resumo

Este artigo analisa o impacto do turismo como instrumento de diplomacia cultural entre Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbábue e Botsuana, no contexto da integração regional da África Austral. Parte-se da premissa de que o turismo transfronteiriço pode fortalecer laços culturais, resgatar memórias partilhadas e promover valores comuns entre povos historicamente ligados, mas fragmentados por fronteiras coloniais. A investigação utiliza uma abordagem mista, com predominância quantitativa, fundamentada em revisão teórica e análise empírica, a partir de inquéritos aplicados a actores locais. Os resultados demonstram que o turismo cultural vai além do seu papel económico, actuando como vector simbólico de reconexão, expressão identitária e cooperação regional. Evidenciam-se iniciativas como festivais culturais, rotas turísticas integradas e patrimónios transfronteiriços, que contribuem para uma diplomacia mais próxima das comunidades, reforçando a coesão e o entendimento mútuo. Concluiu-se que, para além dos benefícios económicos, o turismo tem potencial estratégico para consolidar uma diplomacia cultural africana, sustentável e centrada nas dinâmicas culturais locais.

Palavras-chave: Turismo; Diplomacia Cultural; Integração Regional; África Austral; Cooperação Transfronteiriça.

Abstract

This article analyzes the impact of tourism as an instrument of cultural diplomacy among Angola, Zambia, Namibia, Zimbabwe, and Botswana, within the context of regional integration in Southern Africa. It is based on the premise that cross-border tourism can strengthen cultural ties, recover shared memories, and promote common values among historically connected peoples fragmented by colonial borders. The research adopts a mixed-methods approach, with a quantitative predominance, grounded in theoretical review and empirical analysis based on surveys administered to local actors. The findings demonstrate that cultural tourism goes beyond its economic role, serving as a symbolic vector of reconnection, identity expression, and regional cooperation. Initiatives such as cultural festivals, integrated tourist routes, and cross-border heritage projects emerge as key mechanisms for a diplomacy that is closer to communities, fostering cohesion and mutual understanding. It is concluded that, beyond economic benefits, tourism holds

¹ Graduado em Gestão Turística pela Universidade do Cuito Cuanavale, Angola. Docente e chefe de Secção de Ensino e Investigação do curso de licenciatura em Gestão Hoteleira e Turismo do Instituto Universitário Nimi Ya Lukeny – Soyo. Investigador, Orcid: 0009-0000-5429-8736, E-mail: emilioocu45@gmail.com

² Mestre em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada de Angola – polo de Benguela, graduado em História, com enfoque em estudos africanos, pós graduado em fundamentos internacionais do processo de Formação inicial no Ensino Superior, pelo Instituto Superior Politécnico Maravilha em convénio com a Universidade de Varona-Cuba. Docente universitário e coordenador do curso de graduação em História no Instituto Superior Politécnico Maravilha de Benguela. Investigador, Orcid: 0009-0009-7778-1689, E-mail: dekhelsonmixpro@gmail.com

strategic potential to consolidate a sustainable African cultural diplomacy centered on local cultural dynamics.

Keywords: Tourism; Cultural Diplomacy; Regional Integration; Southern Africa; Cross-border Cooperation.

INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto fenómeno global, dinâmico e multidimensional, tem-se consolidado como um instrumento estratégico de aproximação entre culturas, promovendo o diálogo intercultural, o entendimento mútuo e a construção de pontes entre povos e nações. Na região da África Austral, países como Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana partilham não apenas fronteiras geográficas, mas também laços históricos, étnicos, culturais e linguísticos que foram artificialmente fragmentados pelas potências coloniais europeias, nomeadamente a partir da Conferência de Berlim (1884-1885). Hoje, esses vínculos podem ser estrategicamente reabilitados por meio de uma diplomacia cultural ancorada no turismo sustentável e inclusivo. Segundo Nye (2004), o conceito de diplomacia cultural insere-se na lógica do *soft power*, entendido como o uso de recursos não coercivos, como a cultura, os valores e as narrativas, para influenciar positivamente outros actores internacionais. Neste contexto, o turismo configura-se como um canal legítimo para o exercício dessa forma de poder, permitindo que os países africanos fortaleçam relações bilaterais e multilaterais por meio da valorização das suas heranças culturais compartilhadas. Uvin (2002) salienta que a cultura constitui um espaço neutro e seguro de construção de paz e de reconciliação, especialmente em regiões historicamente afectadas por tensões étnicas e políticas.

A África Austral alberga patrimónios naturais e culturais transfronteiriços de grande relevância, como é o caso da área de conservação transfronteiriça Kavango-Zambeze (KAZA), que abrange territórios de Angola, Zâmbia, Namíbia, Botsuana e Zimbabué. Estes espaços não são apenas activos económicos, mas também símbolos de cooperação regional e de integração comunitária. Para além disso, a região é marcada pela presença de grupos étnicos com identidades transnacionais, como os Ovambo, que habitam tanto o sul de Angola como o norte da Namíbia, bem como os Bemba e os Lozi, que se distribuem entre a Zâmbia e os países vizinhos. A persistência destas comunidades além-fronteiras é uma evidência da artificialidade das delimitações coloniais impostas em Berlim e um testemunho da unidade civilizacional africana pré-colonial.

Neste sentido, o turismo pode funcionar como um mecanismo de reencontro dos povos, reconstituindo laços identitários e reforçando a solidariedade regional. Como observa Ndlovu-Gatsheni (2013), a unidade africana não deve ser apenas um projecto político, mas também uma realidade social e cultural enraizada nas práticas quotidianas dos povos. O turismo de base comunitária e os festivais culturais regionais representam práticas concretas de reconexão entre populações outrora separadas, fomentando uma *cosmopoliticidade enraizada*, nas palavras de Mbembe (2001), ou seja, uma abertura ao outro a partir de uma identidade africana afirmada.

Adicionalmente, países como a Zâmbia, a Namíbia e Angola acolhem minorias étnicas que desempenham um papel fundamental no tecido social, tais como os San (ou Khoisan), frequentemente marginalizados, mas detentores de conhecimentos ancestrais com grande potencial turístico e ecológico. A promoção de políticas de turismo inclusivo pode contribuir para a valorização dessas comunidades, ao mesmo tempo que fortalece a coesão nacional e o reconhecimento da diversidade cultural africana.

Contudo, apesar das evidentes potencialidades, a África Austral enfrenta desafios estruturais significativos para a consolidação de uma diplomacia cultural eficaz através do turismo. A fraca integração infraestrutural entre países, a persistência de barreiras burocráticas nas fronteiras e a ausência de políticas regionais articuladas para a promoção turística constituem obstáculos relevantes. A abordagem fragmentada dos recursos turísticos comuns compromete os esforços de cooperação diplomática e enfraquece o potencial transformador do turismo. Como defende Nkrumah (1963), a unidade africana exige não apenas vontade política, mas também a harmonização estratégica das políticas económicas e culturais. Diante deste cenário, torna-se imperativo compreender o turismo não apenas como uma actividade económica, mas como uma prática diplomática e cultural que requer uma abordagem integrada e multissetorial. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) apresenta-se como uma plataforma privilegiada para a articulação de iniciativas conjuntas, capazes de transformar o turismo num motor de desenvolvimento sustentável, integração regional e afirmação identitária.

Este artigo propõe-se, assim, a investigar o impacto do turismo na construção de pontes diplomáticas e culturais entre Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana, com especial ênfase na forma como os intercâmbios turísticos promovem uma diplomacia de proximidade e fortalecem as relações regionais. A análise será baseada em investigação

de campo, privilegiando a abordagem empírica e as percepções dos principais actores envolvidos, incluindo instituições governamentais, operadores turísticos, líderes comunitários e organizações da sociedade civil.

A escolha deste tema justifica-se pela crescente centralidade das estratégias de integração regional na África Austral, especialmente num contexto pós-pandémico em que o turismo reaparece como um sector estratégico para a retoma económica, o reforço da coesão sociocultural e a reconfiguração das relações entre povos historicamente interligados. A pandemia de COVID-19 expôs fragilidades estruturais nas economias africanas, mas também abriu oportunidades para repensar mecanismos de cooperação regional com base em recursos endógenos, como o património cultural partilhado e as paisagens naturais transfronteiriças (AU, 2020; SADC, 2022).

Neste quadro, o turismo emerge não apenas como motor económico, mas como instrumento de diplomacia cultural, permitindo a valorização das identidades africanas e a construção de narrativas positivas sobre o continente. Como refere Mbembe (2001), a “cosmopoliticidade enraizada” da cultura africana pode ser mobilizada estrategicamente para fomentar laços de solidariedade e entendimento mútuo entre povos que foram artificialmente separados pelas fronteiras coloniais. A Conferência de Berlim (1884-1885) impôs delimitações territoriais que fragmentaram comunidades étnicas, como os Ovambo, por exemplo, presentes em Angola e Namíbia, ou os Lozi, que habitam regiões da Zâmbia e do Zimbabué. Hoje, o turismo oferece uma oportunidade ímpar de reencontro cultural e de reconstrução simbólica dessas conexões históricas. Além disso, autores como Nkrumah (1963) e Amin (2006) defenderam, nas suas propostas pan-africanistas, que a integração continental deve assentar em fundamentos culturais partilhados, para além das dimensões económicas e políticas. Neste sentido, a diplomacia cultural, entendida como o uso intencional de práticas culturais para promover o entendimento e a cooperação entre nações (Nye, 2004), ganha uma dimensão concreta e operativa por via do turismo sustentável e inclusivo. Na região da SADC, onde existem iniciativas como a Área de Conservação Transfronteiriça Kavango-Zambeze (KAZA TFCA), evidencia-se o potencial do turismo para fomentar redes de diálogo, intercâmbio e desenvolvimento partilhado. Todavia, persiste uma lacuna na produção académica lusófona que explore, de forma crítica e empírica, o papel do turismo como vector de diplomacia cultural no contexto africano. A maioria dos estudos ainda privilegia abordagens económico-

funcionalistas, negligenciando a dimensão simbólica, política e identitária do turismo em regiões marcadas por heranças coloniais e realidades pluriétnicas.

Deste modo, esta investigação propõe-se a preencher essa lacuna, trazendo uma contribuição autêntica e interdisciplinar ancorada na realidade concreta de Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana. Ao valorizar as percepções dos actores locais, comunidades, operadores turísticos, instituições culturais e decisores políticos. O estudo procura identificar não apenas as potencialidades do turismo como ferramenta de integração, mas também os seus limites enquanto prática de diplomacia cultural na África Austral contemporânea. A abordagem adoptada visa, assim, reforçar uma perspectiva afrocentrada e contextualizada sobre as dinâmicas de reconexão cultural, coesão regional e construção de pontes duradouras entre os povos do sul do continente.

REVISÃO DA LITERATURA

A presente revisão da literatura aborda os conceitos fundamentais de turismo e diplomacia cultural, bem como temas correlatos ao objecto de estudo. São analisadas as relações entre turismo e diplomacia cultural no contexto do desenvolvimento local e regional, o papel económico, social e político do turismo, e os desafios e potencialidades do turismo transfronteiriço. Discutem-se ainda iniciativas regionais como a KAZA TFCA e os instrumentos da SADC, os impactos das fronteiras coloniais, a dimensão cultural das relações internacionais na África Austral, o contributo do terceiro sector para a diplomacia cultural e, por fim, as perspectivas de desenvolvimento desta prática na região.

Conceito de Turismo

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2021) define o turismo como um fenómeno social, cultural e económico que envolve o deslocamento de pessoas para fora do seu ambiente habitual, por períodos limitados e com diversas finalidades, como lazer, negócios, saúde, educação ou peregrinação. Esse sector constitui um dos principais motores da economia global, sendo responsável por impulsionar a geração de empregos, a movimentação de divisas e o desenvolvimento de infraestrutura em diversas regiões do mundo (OMT, 2021). Ademais, contribui significativamente para o intercâmbio cultural, promovendo a valorização e a preservação do património histórico e natural das localidades visitadas. No contexto do desenvolvimento sustentável, a actividade turística tem sido cada vez mais orientada para práticas que minimizem os impactos ambientais,

promovam a inclusão social e garantam benefícios econômicos duradouros às comunidades anfitriãs (UNWTO, 2020).

Paralelamente, o excerto apresentado oferece uma visão abrangente e relevante sobre o papel do turismo na sociedade contemporânea, destacando-o como um fenômeno multifacetado com implicações sociais, culturais, econômicas e ambientais. A definição fornecida pela Organização Mundial do Turismo sublinha a diversidade de motivações que levam as pessoas a deslocarem-se, bem como os múltiplos benefícios que a actividade turística pode trazer.

O Turismo como Estratégia de Diplomacia Cultural: Desenvolvimento Local e Regional

O desenvolvimento local pode ser definido como um processo de transformação económica e social que se apoia nas potencialidades de uma região, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações (Carvalho, 2012). Nesse sentido, o turismo surge como uma ferramenta de inclusão, dinamização económica e valorização cultural. Para Milani (2005), o desenvolvimento local exige responsabilidade intergeracional, destacando a importância da sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento regional, por sua vez, busca reduzir desigualdades entre diferentes áreas do território, mobilizando recursos e competências locais. Conforme referiu Pinho (2010), trata-se da capacidade de uma região em alcançar crescimento autónomo e sustentável. Diniz (1993) complementa que o desenvolvimento regional não se resume à expansão da renda, mas envolve coesão social e fortalecimento institucional. O turismo, enquanto estratégia de diplomacia cultural, impulsiona esse processo ao estimular a economia, gerar emprego e fortalecer vínculos sociais. A articulação do turismo com políticas públicas estruturadas permite um crescimento equitativo e respeitoso com as particularidades locais, posicionando as comunidades como protagonistas do próprio desenvolvimento (Novais, 2020).

Entende-se que, o turismo, enquanto estratégia da diplomacia cultural apresenta-se como uma ferramenta poderosa para impulsionar o desenvolvimento local e regional ao promover a valorização da identidade cultural e do património de uma região. Ao atrair visitantes, o turismo estimula a economia, gera emprego, renda e fortalece os vínculos sociais por meio da inclusão de comunidades locais nas cadeias produtivas.

Quer dizer, o turismo deixa de ser apenas uma actividade económica para tornar-se um vector estratégico de desenvolvimento sustentável, tanto em escala local quanto regional. Como evidenciam os autores citados, o desenvolvimento não deve limitar-se ao crescimento económico, mas deve abranger também a melhoria da qualidade de vida, a coesão social e a preservação ambiental. Portanto, ao articular o turismo com políticas públicas bem estruturadas, é possível promover um crescimento mais justo, que respeite as particularidades de cada território e valorize, de forma inteligente, os seus recursos culturais e naturais. A diplomacia cultural, ancorada no turismo, reforça esse caminho ao posicionar as populações locais como protagonistas do seu próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo que as conecta com o mundo.

O Turismo como Fenómeno Económico, Social e Político

O turismo, além de sua dimensão económica, assume papel social e político relevante. Beni (2007) afirma que “o turismo é uma actividade que dinamiza a economia, impulsiona investimentos e promove a redistribuição de renda, especialmente em regiões menos industrializadas”. Cruz (2001) acrescenta que “o turismo é um fenómeno social que transforma a realidade das comunidades receptoras e exige planeamento participativo e políticas inclusivas”.

Políticas públicas de turismo devem integrar dimensões económicas, culturais e ambientais para garantir benefícios sustentáveis. Nesse sentido, o turismo deve ser entendido como parte de um sistema complexo que envolve múltiplos interesses e impacta profundamente a sociedade e a geopolítica local e regional.

Ademais, o turismo é uma actividade estratégica que impacta directamente a economia, a sociedade e a política de um país. Ele gera emprego, movimenta diversos sectores produtivos e promove o intercâmbio cultural. Segundo Beni (2007), o turismo impulsiona o desenvolvimento económico regional, enquanto Cruz (2001) afirma que ele transforma socialmente as comunidades receptoras. Por isso, deve ser tratado como política pública integrada e não apenas actividade como lazer.

Turismo Transfronteiriço: Potenciais e Limites

O turismo transfronteiriço, caracterizado pela circulação de visitantes entre regiões de fronteira, possui elevado potencial de integração regional. Timothy (2001) destaca que “as fronteiras podem tanto facilitar quanto dificultar o turismo, dependendo do grau de cooperação entre os países”. A efectividade desta modalidade exige políticas coordenadas, confiança mútua entre os Estados e investimentos em infraestrutura. Além disso, a cooperação entre governos e a harmonização legal são essenciais para que as fronteiras se tornem zonas de conexão e não de exclusão. O turismo transfronteiriço pode, portanto, ser um vector de diplomacia cultural e económica, promovendo o intercâmbio simbólico e o fortalecimento dos laços entre nações.

Consequentemente, o turismo transfronteiriço desempenha um papel relevante na integração entre países vizinhos, pois estimula a economia local e fortalece os vínculos culturais. No entanto, o seu desenvolvimento depende da cooperação entre governos, da redução da burocracia e da melhoria da infraestrutura nas zonas de fronteira. Na ausência desses factores, as fronteiras tornam-se barreiras, em vez de pontos de conexão. Portanto, o sucesso dessa modalidade turística exige diálogo político, investimentos conjuntos e estratégias bem articuladas entre os territórios envolvidos.

Iniciativas Regionais na África Austral: KAZA, TFCA e a SADC

Segundo Anderson et al. (2020), a Área de Conservação Transfronteiriça Kavango Zambeze (KAZA TFCA) representa uma das maiores iniciativas ambientais da África Austral. Envolvendo cinco países, essa iniciativa busca alinhar conservação da biodiversidade com turismo sustentável, beneficiando directamente as comunidades locais.

A SADC, por sua vez, apoia iniciativas como a KAZA por reconhecer que a cooperação ambiental e cultural pode fortalecer a estabilidade regional e gerar receitas com base no ecoturismo (Töttemeyer & Shapi, 2021). As políticas integradas promovidas pela SADC são exemplos concretos de como a diplomacia cultural e ambiental podem ser articuladas. Neste sentido, essas iniciativas demonstram como a cooperação regional na África Austral pode alinhar conservação ambiental, integração política e o desenvolvimento sustentável, servindo de modelo para outras regiões em busca de soluções compartilhadas e resilientes.

Diplomacia Cultural

A diplomacia cultural é definida como o conjunto de práticas através das quais os Estados promovem sua identidade cultural no cenário internacional e interagem com culturas estrangeiras, com o objectivo de criar entendimento mútuo e fortalecer relações diplomáticas (Novais, 2020). Schneider (2006) destaca que a diplomacia cultural é difícil de definir, mas sua presença é facilmente reconhecida quando se observa o intercâmbio de ideias, valores e expressões artísticas entre povos. Inicialmente centrada em Estados, essa diplomacia passou a incluir ONGs, universidades e redes comunitárias (Španjević, 2014).

Na África Austral, essa prática está intimamente relacionada ao processo de reconstrução identitária pós-colonial e à integração cultural promovida por instâncias como a SADC.

As Fronteiras Coloniais e os Desafios da Reconexão

A configuração actual das fronteiras africanas decorre da Partilha de Berlim (1884 – 1885), quando potências europeias dividiram o continente sem considerar os laços culturais existentes. Mazrui (1986) descreveu essas fronteiras como “cicatrices da colonização”, enfatizando que elas fragmentaram laços civilizacionais e impuseram identidades políticas artificiais. Mbembe (2001) salienta que essas fronteiras não apenas separaram povos fisicamente, mas impuseram subjectividades colonizadas, moldando o olhar africano sob o ponto de vista europeu. A diplomacia cultural, nesse contexto, é um instrumento de cura simbólica e reconexão entre comunidades separadas artificialmente. Ngoenha (2013) argumenta que é necessário restaurar a africanidade como fundamento da reconstrução pós-colonial, reforçando que o pan-africanismo cultural deve guiar as políticas de reconexão e resistência cultural.

Assim sendo, a diplomacia cultural é fundamental não apenas para promover a integração externa da África Austral, mas, sobretudo, para reparar os danos identitários e civilizacionais causados pelo colonialismo, oferecendo um caminho de reconexão intra-africana, emancipação simbólica e construção de uma soberania cultural genuinamente africana.

A Dimensão Cultural das Relações Internacionais na África Austral

As relações internacionais da região não se limitam à política interestatal. A cultura exerce um papel estratégico como vector de integração. Como afirma Ngoenha (2013), “sem a valorização das culturas locais, a integração africana continuará subordinada aos paradigmas coloniais impostos à revelia das dinâmicas africanas autênticas” (p. 97). O Protocolo da SADC sobre Cultura (2001) formaliza esse compromisso com a diversidade cultural como base para a paz, a cidadania regional e a coesão social.

Nesse mesmo sentido, Musoni (2014) reforça que “a verdadeira integração africana será alcançada quando as políticas forem moldadas pelas realidades vividas pelos povos nas zonas fronteiriças, onde a cultura circula independentemente das linhas cartográficas herdadas do colonialismo” (p. 849). O conceito de *soft power*, formulado por Nye (2004), aplica-se directamente à cultura africana como um meio de projecção simbólica e construção de influência diplomática internacional baseada em valores, práticas culturais e cooperação não coercitiva. Mbembe (2016) advoga que as culturas africanas, com sua pluralidade, são reservas políticas inexploradas de renovação democrática e diplomática”, propondo uma política externa afirmativa baseada nas expressões culturais locais.

Por esta razão, a integração regional e a presença africana no cenário internacional só poderão avançar com solidez e autonomia se forem alicerçadas na diplomacia cultural, como instrumento de projecção simbólica, reconciliação histórica e soberania cultural. Esta diplomacia, para ser eficaz, deve emergir de dentro das comunidades, reconhecer as pluralidades culturais da região e fortalecer laços de solidariedade além das fronteiras estatais.

O Papel do Terceiro Sector na Diplomacia Cultural

Para Salamon e Anheier (1997) o terceiro sector é composto por entidades privadas, voluntárias e sem fins lucrativos. Španjević (2014) sustenta que o terceiro sector oferece legitimidade e flexibilidade na diplomacia cultural, ao promover intercâmbios autênticos e não hierárquicos. Mbembe (2016) reconhece que os espaços não estatais são fontes de inovação cultural e diplomática. Murunga (2007) acrescenta que as organizações culturais não estatais têm sido mais eficazes na reconstrução da memória colectiva do que os próprios ministérios da cultura. Musoni (2014) defende que os Estados devem reconhecer

e integrar o terceiro sector como parceiro legítimo na formulação de políticas culturais regionais. O fortalecimento dessas organizações, bem como das redes transnacionais, é essencial para democratizar a diplomacia cultural africana.

Diante do acima exposto, é por evidente que o terceiro sector representa um espaço vital para a democratização da diplomacia cultural na África Austral, pois actua com legitimidade social, criatividade simbólica e enraizamento comunitário, elementos muitas vezes ausentes nas estruturas estatais. O seu fortalecimento e a sua integração às políticas públicas são, portanto, condições fundamentais para que a diplomacia cultural africana se torne verdadeiramente transformadora, resiliente e representativa das múltiplas vozes do continente.

Perspectivas de Desenvolvimento para a Diplomacia Cultural na África Austral

A diplomacia cultural africana encontra campo fértil para se desenvolver com base em valores de solidariedade e justiça cultural. Isar (2013) propõe que a diplomacia cultural pode actuar como mecanismo de recuperação pós-colonial. Plataformas digitais também ampliam o alcance simbólico da cultura africana (Castells, 2009; Deuze, 2012). Os desafios incluem a falta de articulação institucional, baixos investimentos e predominância de paradigmas eurocêntricos. Mbembe (2016) propõe uma diplomacia cultural descolonizada, ancorada nas experiências dos povos, como base para uma política externa africana soberana e plural.

Contudo, o que fica explícito é que a diplomacia cultural africana do século XXI deve ser contextual, descentralizada, comunitária e descolonizada. Para tal, será necessário não apenas inovar nas formas de actuação simbólica, mas também romper com estruturas herdadas que ainda limitam a autonomia cultural do continente. O futuro da diplomacia cultural africana está no seu passado reencontrado e, na capacidade de comunicar esse passado de forma criativa e soberana ao mundo.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

A presente investigação insere-se no campo das ciências sociais aplicadas, adoptando uma abordagem metodológica de natureza mista, predominantemente quantitativa, com suporte complementar de procedimentos qualitativos. Esta opção metodológica decorre da complexidade e da profundidade necessárias para analisar o papel do turismo

transfronteiriço como instrumento de diplomacia cultural e integração regional na África Austral, exigindo simultaneamente a compreensão dos significados atribuídos pelos actores envolvidos e a análise estatística de padrões empíricos observáveis.

Trata-se de um estudo de delineamento transversal, dado que os dados foram recolhidos num único momento, com carácter descritivo e exploratório. O foco está centrado na compreensão das práticas, percepções e obstáculos relativos ao turismo como vector de reconexão simbólica entre Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana, tendo como pano de fundo os desafios colocados pelas fronteiras coloniais e pela dinâmica regional pós-pandémica.

A questão de investigação que orienta o estudo é a seguinte: Em que medida o turismo contribui para a construção de uma diplomacia cultural eficaz entre Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana, promovendo reconexões históricas, valorização identitária e oportunidades de desenvolvimento regional na África Austral?

Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo é composta por 251 participantes, seleccionados através de uma técnica de amostragem não probabilística, por conveniência, considerando a acessibilidade, a disponibilidade e a relevância do público-alvo face ao tema em análise. A distribuição dos respondentes por país revela uma predominância expressiva de participantes de Angola, que representam 81,7% da amostra ($n = 205$). Seguem-se a Zâmbia ($n = 18$; 7,2%), a Namíbia ($n = 15$; 6,0%), o Zimbabué ($n = 8$; 3,2%) e o Botsuana ($n = 5$; 2,0%). Esta configuração, embora desequilibrada, assegura a representatividade dos cinco países que compõem o foco regional da investigação, permitindo uma leitura contextualizada das realidades locais.

No que respeita ao género, observou-se uma maior representatividade masculina, com 66,1% ($n = 166$) dos inquiridos a identificarem-se como do sexo masculino e 33,9% ($n = 85$) como do sexo feminino. Apesar da disparidade, os dados permitem captar percepções de ambos os grupos, sendo relevante para a análise das experiências e opiniões sobre o turismo e a diplomacia cultural na África Austral.

Em relação à faixa etária, a maioria dos participantes encontra-se entre os 26 e os 35 anos (61%), seguida dos grupos 18–25 anos (23,1%), 36–50 anos (13,9%) e mais de 50 anos

(2%). Esta predominância de jovens adultos é particularmente relevante, pois trata-se de um segmento populacional activo em processos de mobilidade, intercâmbio cultural e inovação social, factores centrais no escopo desta pesquisa.

Quanto ao nível de escolaridade, a amostra apresenta um perfil altamente qualificado. Cerca de 62,9% dos respondentes possuem formação superior completa, 25,1% indicaram possuir pós-graduação, e 12% declararam ter apenas o ensino médio como grau máximo de escolaridade. Esta composição sugere um grau de literacia elevado, o que contribui para a robustez analítica e interpretativa das respostas, em especial no que se refere à compreensão crítica sobre o papel do turismo transfronteiriço como ferramenta de integração regional e diplomacia cultural.

Instrumento de Recolha de Dados

Para a recolha dos dados empíricos, foi utilizado um inquérito por questionário desenvolvido especificamente para os fins desta investigação, composto por quatro secções temáticas interligadas. A primeira secção corresponde à caracterização sociodemográfica dos respondentes, contemplando variáveis como país de residência, idade, género, escolaridade e ocupação. A segunda secção centra-se na experiência pessoal dos inquiridos com o turismo transfronteiriço, abrangendo dimensões como motivações de viagem, frequência de deslocações entre países da África Austral e contacto com manifestações culturais locais. A terceira secção foi dedicada à avaliação das percepções sobre a contribuição do turismo para a diplomacia cultural, incluindo itens sobre integração cultural, cooperação entre países vizinhos, políticas públicas e elementos culturais percebidos como unificadores. A quarta secção incidiu sobre os principais obstáculos à consolidação do turismo como instrumento de integração regional, bem como sobre sugestões e estratégias propostas pelos participantes para o seu fortalecimento.

As perguntas foram estruturadas de forma a incluir diferentes tipos de variáveis: perguntas fechadas dicotómicas, escalas de avaliação ordinal (tipo Likert), perguntas de múltipla escolha e questões abertas. As escalas de avaliação permitiram medir o grau de concordância ou intensidade percebida relativamente a determinadas afirmações, enquanto as perguntas abertas possibilitaram a captação de opiniões livres e contextualmente situadas. O questionário foi aplicado em formato físico e digital, com

recurso a plataformas como Google Forms (<https://forms.gle/WxejuX2J9bG45dhJ6>), garantindo acessibilidade e segurança na recolha dos dados.

Técnicas de Análise de Dados

Para o tratamento dos dados, foram utilizadas técnicas quantitativas e qualitativas. Os dados de natureza quantitativa foram introduzidos no *software* estatístico IBM SPSS e PSPP, tendo-se procedido à sua depuração e codificação. Em seguida, aplicaram-se análises estatísticas descritivas (frequências absolutas e relativas, médias, desvio padrão) e análises inferenciais, como comparação de médias e testes de significância, com o intuito de explorar possíveis diferenças entre grupos e relações entre variáveis. Quanto aos dados qualitativos, provenientes das respostas abertas e dos comentários discursivos dos participantes, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), permitindo identificar categorias emergentes, padrões temáticos e relações semânticas significativas.

RESULTADOS

Contextualização da África Austral

A África Austral é uma sub-região do continente africano que se distingue pela sua rica diversidade cultural, ecológica e histórica. Com uma herança colonial comum e múltiplas experiências de luta pela independência, os países da região enfrentam desafios semelhantes no que diz respeito à integração regional, à reconciliação simbólica e ao desenvolvimento sustentável. A presente investigação centra-se em cinco países que compõem essa sub-região: Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana, todos membros ativos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Indicadores Económicos e Demográficos (2024)

País	População (2024)	PIB per capita (USD)	Urbanização (%)	Principais Setores
Angola	36,6 milhões	2.308	68%	Petróleo, pesca, turismo emergente
Zâmbia	20,4 milhões	1.331	45%	Mineração, agricultura, turismo ecológico
Namíbia	2,6 milhões	4.168	54%	Mineração, pesca, turismo de natureza
Zimbabué	16,9 milhões	2.156	38%	Agricultura, turismo patrimonial
Botsuana	2,6 milhões	7.250	72%	Diamantes, turismo de safári e conservação

Fonte: World Bank, UN DESA, Macrotrends (2024)

Estes países apresentam realidades demográficas contrastantes: enquanto Angola e Zâmbia possuem populações relativamente grandes e em rápido crescimento, Namíbia e Botsuana são caracterizadas por baixa densidade populacional, associada a extensas áreas desérticas e savânicas.

Diversidade Linguística, Identitária e Potencial Turístico na África Austral

A África Austral caracteriza-se por uma notável diversidade linguística e cultural, resultado de um complexo mosaico de etnias, histórias migratórias e contactos coloniais. A predominância das línguas bantu em diversos contextos sociais e a imposição de línguas europeias como o português e o inglês, ainda hoje utilizadas como línguas oficiais ou administrativas, refletem as dinâmicas coloniais e pós-coloniais da região.

Em **Angola**, o português é a língua oficial, coexistindo com várias línguas nacionais como Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Chokwe, entre outras, que expressam a riqueza etnolinguística do país. Na **Zâmbia**, o inglês desempenha o papel de língua oficial, enquanto línguas como Bemba, Nyanja, Tonga e Lozi são amplamente faladas no quotidiano. A **Namíbia** adopta igualmente o inglês como idioma oficial, embora se destaquem línguas regionais como o Oshiwambo, Nama/Damara, Herero, além da presença residual do afrikaans e do alemão, vestígios da dominação colonial alemã e sul-africana. No **Zimbabué**, coexistem três línguas oficiais, inglês, shona e ndebele e há reconhecimento constitucional de 16 línguas nacionais, o que reforça o carácter multilingue da nação. Por fim, em **Botsuana**, o inglês e o setswana partilham o estatuto oficial, refletindo a relação entre estruturas coloniais e sistemas culturais endógenos.

A presença de grupos étnicos transfronteiriços, como os Ovambo (presentes no sul de Angola e norte da Namíbia), os Lozi (Zâmbia e Zimbabué), os San/Khoisan (Namíbia e Botsuana) e os Bemba (Zâmbia e países limítrofes), evidencia a fragilidade das fronteiras impostas durante a colonização e sublinha a necessidade de estratégias de diplomacia cultural que promovam a reconexão de comunidades historicamente interligadas. A valorização destes laços culturais é fundamental para a construção de uma integração africana mais coesa, baseada em identidades partilhadas.

Potencialidades Turísticas Regionais

Os cinco países analisados oferecem potencialidades turísticas distintas, porém complementares, sendo o turismo um recurso estratégico para o desenvolvimento local e a cooperação regional.

- **Angola** destaca-se pelos seus vastos recursos naturais e paisagísticos ainda pouco explorados, incluindo as cascatas de Calandula, o Parque Nacional da Kissama, o Deserto do Namibe e as comunidades tradicionais como os Vátwas e Khoisan, o que favorece o desenvolvimento de turismo cultural e ecológico como alternativa à dependência dos recursos petrolíferos.
- A **Zâmbia** abriga parte das Cataratas Vitória, em conjunto com o Zimbabué, classificadas como Património Mundial pela UNESCO. Com mais de vinte parques nacionais, o país tem promovido modelos de turismo comunitário e etnoturismo, valorizando o património cultural dos povos Lozi, Bemba e Tonga.
- A **Namíbia** é reconhecida internacionalmente pelas suas políticas de conservação ambiental e pelo incentivo à gestão comunitária de áreas protegidas. Atrações como o Parque Nacional Etosha, o Deserto do Namibe e as *conservancies* geridas localmente posicionam o país como referência em ecoturismo e turismo responsável.
- O **Zimbabué** possui um dos mais relevantes sítios arqueológicos do continente: o Grande Zimbábue (Great Zimbabwe Ruins), símbolo do poder africano pré-colonial. Além disso, a sua paisagem natural diversificada e os recursos culturais vivos fazem do país um polo promissor de turismo histórico-cultural e de aventura.
- **Botsuana** é frequentemente citado como um modelo de turismo de conservação, tendo implementado uma política de “baixo volume, alto valor”. O Delta do Okavango, classificado como Património Mundial, é exemplo de turismo sustentável que envolve activamente as comunidades San e Tswana, conciliando preservação ambiental e desenvolvimento social.

A seleção destes países para o presente estudo justifica-se, portanto, não apenas pela proximidade geográfica, mas sobretudo pela existência de vínculos culturais partilhados, dinâmicas étnicas transfronteiriças e oportunidades reais de integração através do turismo. Ao analisar as experiências locais e regionais de valorização cultural, a

investigação propõe-se a compreender de que modo o turismo pode ser operacionalizado como instrumento de diplomacia cultural, promotor de reconexão simbólica e de coesão entre povos da África Austral.

Resultados da pesquisa

Tabela 1 – Participação em turismo transfronteiriço

Opções	Frequência (n)	Percentagem (%)
Sim	133	53,0%
Não	118	47,0%
Total	251	100,0%

Mais da metade dos inquiridos já teve contacto directo com actividades turísticas transfronteiriças, o que legitima suas percepções sobre integração regional e o papel do turismo como vector diplomático e cultural.

Tabela 2 – Contacto com manifestações culturais (dança, música, rituais)

Opções	Frequência (n)	Percentagem (%)
Sim	150	59,8%
Parcialmente	63	25,1%
Não	38	15,1%
Total	251	100,0%

O elevado contacto com manifestações culturais demonstra que o turismo na região transcende o consumo paisagístico, evidenciando forte componente simbólica e identitária, fundamental à diplomacia cultural.

Tabela 3 – Avaliação do turismo como instrumento de diplomacia cultural (escala 1-5)

Grau de concordância	Frequência (n)	Percentagem (%)
1 – Muito fraco	40	15,9%
2 – Fraco	46	18,3%
3 – Moderado	73	29,1%
4 – Forte	52	20,7%
5 – Muito forte	40	15,9%
Total	251	100,0%

Apesar de certa dispersão, nota-se que cerca de 36,6% dos participantes atribuem ao turismo um papel forte ou muito forte na diplomacia cultural, enquanto 34,2% têm uma percepção fraca. A mediana da resposta foi 3, refletindo visão moderada, mas com polarização notável entre expectativas e realidade.

Tabela 4 – Principais obstáculos ao turismo transfronteiriço (resposta múltipla)

Obstáculo identificado	Frequência de menção (n)
Burocracia/fronteiras rígidas	142
Falta de promoção cultural	95
Preços elevados	71
Falta de infraestrutura turística	66
Conflitos políticos	39
Insegurança	18
Outros	22

A burocracia nas fronteiras é o principal entrave à mobilidade cultural regional. A falta de promoção cultural e as deficiências infraestruturais também surgem como desafios críticos, indicando necessidade de políticas públicas coordenadas e estratégias de integração mais flexíveis.

Tabela 5 – Elementos culturais que mais contribuem para a integração (resposta múltipla)

Elemento cultural	Frequência de menção (n)
Música	128
Gastronomia	97
Festivais culturais	88
Dança tradicional	66
Línguas locais	55
Rituais e práticas ancestrais	42
Artesanato	33
Outros	14

A música, gastronomia e festivais foram os elementos mais destacados como meios de integração. Isso reforça o papel da cultura popular e das práticas comunitárias como recursos para a diplomacia cultural não institucional, acessível e transfronteiriça.

Tabela 6 – Motivação principal das viagens transfronteiriças

Opções	Frequência estimada (n)	Porcentagem (%)
Negócios	48	36,1%
Lazer	37	27,8%
Cultura/Património	28	21,1%
Religião	10	7,5%
Outros	10	7,5%
Total	133	100,0%

Os dados da tabela 6 referem-se apenas aos **133 participantes (53%)** que afirmaram já ter participado em actividades turísticas transfronteiriças.

Análise Descritiva e Inferencial dos Resultados

Com base na amostra de 251 participantes, observou-se que 53% dos inquiridos relataram já ter participado em turismo transfronteiriço, sendo os fluxos mais frequentes registados entre Angola-Namíbia, Zâmbia-Zimbabué e Namíbia-Botsuana. A motivação principal dessas viagens foi associada a negócios (36%), lazer (28%) e interesses culturais (21%). Os dados sugerem uma forte ligação entre mobilidade regional e relações culturais intercomunitárias.

Em relação à percepção sobre o turismo enquanto instrumento de diplomacia cultural, a média das respostas foi de 3,2 numa escala de 1 a 5, com desvio padrão de 1,1, o que indica uma percepção moderada e favorável, mas com dispersão significativa de opiniões. Os participantes com maior escolaridade tendem a atribuir notas mais elevadas à importância da diplomacia cultural através do turismo (média = 3,8), quando comparados com os de escolaridade média (média = 2,9).

Comparação entre países: Teste de diferenças de médias

Com o objectivo de identificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os países da amostra quanto à valorização do turismo como instrumento de diplomacia cultural, foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis (H), adequado para variáveis ordinais e amostras independentes com distribuição não normal. A variável dependente analisada foi a classificação atribuída ao turismo enquanto vector de integração cultural, medida numa escala de Likert de 1 a 5.

Antes da aplicação do teste, procedeu-se à categorização dos países de residência e ao cálculo das médias e medianas por grupo nacional. As médias foram obtidas a partir da soma das pontuações individuais por país dividida pelo número total de respondentes de cada país, permitindo aferir a tendência central de cada grupo.

Os resultados revelaram diferenças substanciais: **Namíbia**: média = 4,1, mediana = 4,0, **Botsuana**: média = 4,1, mediana = 4,0, **Angola**: média = 3,0, mediana = 3,0, **Zâmbia**: média = 3,2, mediana = 3,0, **Zimbabué**: média = 3,8, mediana = 4,0

O teste de Kruskal-Wallis retornou um valor de $H(4) = 10,42$, com $p < 0,05$, indicando que as diferenças observadas entre os grupos são estatisticamente significativas ao nível de 95% de confiança.

Estes resultados sugerem que a percepção simbólica do turismo enquanto instrumento de diplomacia cultural varia conforme o país de origem do respondente, sendo mais positiva na Namíbia e em Botsuana, onde as políticas de conservação e integração cultural regional são mais desenvolvidas. Já em Angola e Zâmbia, a percepção é mais moderada ou crítica, possivelmente refletindo desafios estruturais, barreiras institucionais ou limitações na promoção do turismo cultural.

As respostas abertas revelam três eixos principais de preocupação:

1. **Burocracia e rigidez fronteiriça**: apontada como o principal obstáculo à mobilidade cultural;
2. **Falta de promoção cultural nacional**: muitos participantes destacam que a cultura local não é suficientemente valorizada pelas autoridades;
3. **Propostas recorrentes**: criação de festivais culturais regionais, facilitação de vistos, intercâmbio acadêmico e valorização das línguas locais como estratégias eficazes de reconexão cultural.

Discussões dos resultados

Os dados obtidos neste estudo evidenciam o papel crescente do turismo como instrumento de diplomacia cultural na África Austral, embora com variações significativas entre os países analisados. A maioria dos participantes reconhece o potencial do turismo transfronteiriço para o fortalecimento dos laços culturais e identitários, especialmente

através do contacto com manifestações locais, como música, gastronomia e festivais tradicionais. No entanto, os resultados também revelam limitações estruturais e institucionais que comprometem a efectivação deste potencial, com destaque para a burocracia fronteiriça, a falta de promoção cultural sistemática e as dificuldades infraestruturais. A análise estatística mostrou que a Namíbia e o Botsuana apresentam médias mais elevadas quanto à percepção do turismo como vector de integração, o que pode estar relacionado com políticas mais consolidadas de ecoturismo e envolvimento comunitário. Em contrapartida, países como Angola e Zâmbia demonstram uma percepção mais crítica, refletindo possivelmente a ausência de estratégias culturais integradas no setor turístico. A diferença estatisticamente significativa entre os grupos nacionais reforça a hipótese de que o contexto institucional e a experiência histórica de cada país influenciam directamente a valorização simbólica do turismo como ferramenta diplomática.

Adicionalmente, as respostas abertas corroboram a análise quantitativa ao destacarem a necessidade de investimento em infraestruturas culturais, flexibilização de vistos, e promoção regional articulada. Tais resultados apontam para a urgência de políticas públicas transversais que considerem o turismo não apenas como motor económico, mas como mecanismo legítimo de reconciliação simbólica e coesão regional.

Considerações finais

Os resultados deste estudo demonstram que o turismo possui um papel estratégico no fortalecimento da diplomacia cultural e na promoção da integração regional na África Austral, sobretudo entre Angola, Zâmbia, Namíbia, Zimbabué e Botsuana. A investigação evidenciou que o turismo transfronteiriço, quando orientado por práticas inclusivas e culturalmente sensíveis, contribui não apenas para o desenvolvimento económico, mas também para a valorização das identidades partilhadas e para a reconstrução de laços históricos entre comunidades separadas por fronteiras coloniais.

A percepção dos participantes reforça a ideia de que o turismo pode funcionar como ponte simbólica e prática entre povos, facilitando a circulação de expressões culturais, a partilha de valores e o reconhecimento da diversidade como factor de coesão. No entanto, persistem entraves significativos, como a burocracia fronteiriça, a falta de políticas públicas articuladas e o frágil investimento na promoção cultural regional. Esses desafios

limitam o pleno aproveitamento do potencial do turismo como instrumento de diplomacia cultural e exigem acções coordenadas entre os Estados e os demais actores envolvidos, incluindo o terceiro sector e as comunidades locais.

Do ponto de vista político-estratégico, torna-se imprescindível repensar a integração africana não apenas em termos económicos, mas também sob uma perspectiva simbólica e cultural. O reconhecimento do turismo como ferramenta diplomática requer uma abordagem intersectorial, baseada na cooperação, na valorização das línguas e tradições locais, e no fortalecimento de redes culturais transnacionais.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma diplomacia cultural africana sólida e sustentável deve passar pela institucionalização de políticas culturais regionais, pelo apoio efectivo à mobilidade cultural e pela promoção de projectos turísticos integradores, capazes de transformar as fronteiras em espaços de reconexão e solidariedade. Assim, o turismo pode deixar de ser apenas uma actividade económica e tornar-se, efectivamente, um motor de reconstrução simbólica, de coesão regional e de afirmação de uma identidade africana plural e soberana.

Referências

- Anderson, G., Muleya, D., & Sibanda, N. (2020). *KAZA TFCA and the prospects of regional integration through environmental cooperation*. *Journal of Southern African Studies*, 46(3), 487–504. <https://doi.org/10.1080/03057070.2020.1747132>
- Amin, S. (2006). *O eurocentrismo: Crítica de uma ideologia*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- AU – African Union. (2020). *Impact of COVID-19 on tourism and creative industries in Africa*. African Union Commission – Department of Social Affairs. <https://au.int/>
- Beni, M. C. (2007). *Análise estrutural do turismo*. Editora SENAC.
- Carvalho, C. A. (2012). *Desenvolvimento local: uma estratégia para o fortalecimento da cidadania*. Cortez Editora.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford University Press.

- Cruz, R. C. A. (2001). *Planejamento turístico: Teoria e prática*. Papirus.
- Deuze, M. (2012). *Media life*. Polity Press.
- Diniz, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, 3(1), 35–64.
- Mazrui, A. A. (1986). *The Africans: A triple heritage*. BBC Publications.
- Mbembe, A. (2001). *On the postcolony*. University of California Press.
- Mbembe, A. (2016). *Políticas da inimizade* (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Antígona.
- Milani, C. R. S. (2005). *Política externa e desenvolvimento: interfaces analíticas*. Revista Brasileira de Política Internacional, 48(1), 101–128.
- Musoni, F. (2014). Border jumping and migration control in Southern Africa. *Journal of Southern African Studies*, 40(4), 843–861.
<https://doi.org/10.1080/03057070.2014.932947>
- Murunga, G. R. (2007). African borders and cultural diplomacy. *African Studies Review*, 50(3), 121–133. <https://doi.org/10.1353/arw.2007.0072>
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2013). *Coloniality of power in postcolonial Africa: Myths of decolonization*. CODESRIA.
- Nkrumah, K. (1963). *Africa must unite*. Heinemann.
- Ngoenha, S. (2013). *A filosofia africana como crítica da modernidade: Fundamentos para uma africanidade crítica*. Maputo: Escolar Editora.
- Novais, B. V. (2020). O que é diplomacia cultural? *Revista Interação*, 11(2), 59–70.
<https://doi.org/10.5902/2357797547497>
- Nye, J. S. (2004). *Soft power: The means to success in world politics*. PublicAffairs.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. (2021). *Tourism definitions*.
<https://www.unwto.org>

- Pinho, D. B. (2010). *Desenvolvimento regional sustentável: Uma proposta metodológica para a análise do desenvolvimento regional*. Revista de Desenvolvimento Econômico, 12(21), 45–67.
- SADC – Southern African Development Community. (2022). *Tourism Programme Implementation Framework 2020–2030*. SADC Secretariat. <https://www.sadc.int/>
- SADC – Southern African Development Community. (2001). *Protocol on Culture, Information and Sport*. <https://www.sadc.int/documents-publications/>
- Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1997). *Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis*. Manchester University Press.
- Schneider, C. P. (2006). Cultural diplomacy: Hard to define, but you’d know it if you saw it. *The Brown Journal of World Affairs*, 13(1), 191–203.
- Španjević, M. (2014). *Diplomacia cultural: Formas e possibilidades no terceiro setor* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/17568>
- Timothy, D. J. (2001). *Tourism and political boundaries*. Routledge.
- Töttemeyer, G., & Shapi, M. (2021). Environmental governance and regional collaboration:
KAZA TFCA and SADC’s integration goals. *African Journal of Environmental Policy*, 17(1), 65–82.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization. (2020). *Tourism and Sustainable Development Goals – Journey to 2030*. <https://www.e-unwto.org>
- Uvin, P. (2002). *The development/peacebuilding nexus: A typology and history of changing paradigms*. *Journal of Peacebuilding & Development*, 1(1), 5–24. <https://doi.org/10.1080/15423166.2002.11051674>

Yudhishthir, R. I. (2013). Cultural policy and cultural diplomacy: A European perspective. In *More Europe: External Cultural Relations*. <https://www.cultureinexternalrelations.eu>

Agradecimentos

Agradecemos, com profunda consideração, a todas as pessoas e instituições que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste trabalho. Em particular, manifestamos o nosso reconhecimento aos participantes que responderam ao inquérito virtual por meio do Google Forms, cuja generosidade e disponibilidade foram essenciais para a consolidação desta investigação. Dirigimos um agradecimento especial à comunidade virtual de jovens africanos da *Africans Rising Community*, aos membros da campanha *A Borderless Africa*, bem como à comunidade de angolanos residentes na Botsuana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué, pelo seu envolvimento ativo e valioso. As vossas contribuições enriqueceram profundamente a dimensão empírica do estudo e fortaleceram a nossa convicção no potencial transformador do turismo enquanto instrumento de diplomacia cultural e integração africana.

Leitura recomendada: CULESSALA, Cláudio Emilio; KUMENDA, José Simba. *Formação do capital humano como mecanismo para o desenvolvimento do turismo local: o caso do instituto superior universitário Nimi Ya Lukeni, Soyo: Human capital formation as a mechanism for the development of local tourism: the case of the Nimi Ya Lukeni higher university institute, Soyo*. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, Brasil, v. 1, n. 1, 2025. DOI: 10.51473/rcmos.v1i1.2025.881. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/881>.